

## Os Meninos do Coro da Sé de Lisboa e a sua organização até à Revolução liberal de 1834

JOSEPH SCHERPEREEL

Antes da Revolução liberal de 1834 e da criação do Conservatório de Música de Lisboa por João Domingos Bomtempo, eram principalmente as grandes igrejas do país que ofereciam uma formação musical aos jovens desejosos de aceder a uma promoção social e artística.

Todos nós conhecemos as esclarecedoras publicações do Padre Alegria neste domínio.<sup>1</sup> Todavia, no livro em que se refere às sés de Portugal, incluindo a Sé de Lisboa, o autor lamenta, por três vezes, «o silêncio dos arquivos» e «a carência de documentos». Eis a razão porque a Sé de Lisboa, antigamente denominada «Bazílica de Santa Maria», até hoje, ficou à margem das investigações tanto históricas como musicológicas. Mas, finalmente, depois de laboriosas pesquisas, encontraram-se documentos que permitem mostrar o funcionamento duma das mais importantes escolas do género. Isto foi possível principalmente graças aos arquivos nacionais da Torre do Tombo, aos do Patriarcado e da própria Sé, estando o autor muito reconhecido aos seus respectivos responsáveis pela sua grande amabilidade.

Tratando-se de Lisboa, não podemos esquecer o terramoto de 1755 que aniquilou a maior parte da documentação arqui-

<sup>1</sup> José Augusto ALEGRIA, *História da Escola de Música da Sé de Évora*, Lisboa, 1973; *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, Lisboa, 1983; *O Ensino e a prática da música nas Sés de Portugal (da Reconquista aos fins do século XVI)*, Lisboa, 1985; *O Colégio dos Moços do Coro da Sé de Évora*, Lisboa, 1997.

vada na Sé, com a excepção, porém, dos livros e papéis então em uso corrente, que nos fazem recuar alguns anos. No entanto, muitos anos antes, existem provas da presença de uma frutuosa formação musical de meninos do coro na Sé de Lisboa. Assim, na primeira metade do século XVII, o teórico António Fernandes explicava da seguinte maneira as razões porque dedicava a sua *Arte de Música* (Lisboa, 1626) ao grande compositor Duarte Lobo:

A primeira, & principal, & que nos da mais força he a muita sufficiencia, & rara doutrina que de tam sutil, & calificado engenho nos està mostrando a grande multidaõ, & copia de discipulos que de trinta annos a esta parte tem sahido do Claustro da nossa sancta Sè de Lisboa pera muitas, & diversas destes Reinos de Portugal, & Castella doutrinados todos pella maõ, & disciplina de v. m. não somente na Arte de Musica, mas ainda na virtude, & bons costumes, indicio ã claramente nos mostra a grãde obrigação ã toda esta cidade tem a v. m. mais que a nenhuã outra pessoa, não fazendo agravo a outros que nos insignes Têplos da ditta cidade nesta Arte militaõ, porque todos devem de o confessar assi. A segunda por acabar de pôr em execuçaõ o grãde, & prolongado desejo que tinha de o fazer, cuja dilaçam entendo me estava ja acusando de ingrato; nam porã a v. m., lhe pareça que cõ isto pertendo gratificar a minima parte das muitas que eu, e prendas minhas temos recebido, & por momêtos dessa maõ recebemos, senaõ porque confessemos tellas escritas neste reconhecimento toda a nossa vida; ã peitos em quẽ o ser, a honra, & a authoridade fazẽ suas moradas he justo ã suas glorias, & proezas sejaõ immortais.

Efectivamente, nas suas obras religiosas publicadas por Plantin em Antuérpia entre 1602 e 1639,<sup>2</sup> Duarte Lobo intitula-se «Mestre de Capela da Sé de Lisboa», e Armindo Borges, na sua tese sobre o grande músico português,<sup>3</sup> verificou que era verdade, mostrando, ao mesmo

<sup>2</sup> Duarte LOBO, *Opuscula: Natalitiae noctis responsoria*, 4 et 8 v.; *Missa*, 8 v.; *Beata Maria Virginis, Antiphonae*, 8 v.; *Eiusdem Virginis Salve, choris 3, et 11 v.*, Antuérpia, 1602; *Cantica B., M.V. vulgo Magnificat*, Antuérpia, 1605; *Liber Missarum*, 4, 5, 6 et 8 v., Antuérpia, 1621; *Liber II, Missarum* 4, 5 et 6 v., Antuérpia, 1639.

<sup>3</sup> Armindo BORGES, *Duarte Lobo (156?-1646), Studien zum Leben und Schaffen des portugiesischen Komponisten*, Regensburg, 1986.

tempo, que o ensino da música religiosa nesta igreja remontava a épocas ainda muito mais remotas.

Enfim, o argumento de que se serviam os meninos do coro da Sé de Lisboa num requerimento dirigido ao Cardeal Patriarca todos os anos, em Junho, para obterem uma gratificação tradicional, faz-nos recuar mesmo até ao começo do século XIII:

Dizem os Meninos do coro da Basilica de Sta Maria que elles sempre costumão festejar todos os annos ao Snr Sto Antonio, com a sua trezena; pois o mesmo santo foi menino desta mesma basilica, e como elles supplicantes são pobres, e as suas mezadas muito diminutas, V. Emmcia os costuma ajudar todos os annos com a esmola de 12.800 reis, para que elles posão ir continuando a dita festa, pois não hé justo que deixe de ser festejado hum santo baptizado, nascido, e educado nesta mesma basilica.<sup>4</sup>

Francisco da Gama Caeiro, na sua tese sobre Santo António de Lisboa, mostra que o santo chamado «Santo António de Pádua» nos outros países europeus por causa da sua estadia e morte nesta última cidade, tinha, de facto, nascido em Lisboa e passado os seus primeiros anos à volta e dentro da Sé da capital portuguesa, tendo lá recebido a sua formação inicial.<sup>5</sup>

Voltando agora ao período mais solidamente documentado, podemos constatar, primeiro, que a autoridade suprema na Sé é exercida pelo Cardeal Patriarca, «com o sábio conselho e consentimento de Sua Magestade». É este eminente prelado que elabora e assina os estatutos que organizam, programam e disciplinam a instituição.<sup>6</sup> É ele que nomeia todos os membros do pessoal eclesiástico e musical, incluindo os meninos do coro, e todas as suas decisões são transmitidas pela Câmara Patriarcal sob a forma de provisões ou decretos devidamente registados.

No local, o principal responsável é o «Illustríssimo» Cónego Presidente da Basílica de Santa Maria, que deve particularmente cuidar da disciplina geral dos meninos do coro. Ele deve velar para «que eles sejam exactos em cumprirem com as suas obrigações [...], que se vejam na Igreja com

<sup>4</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, *passim*.

<sup>5</sup> Francisco da Gama CAEIRO, *Santo António de Lisboa*, Lisboa, 1967, cap. I.

<sup>6</sup> *Estatutos da Basílica de Santa Maria*, Lisboa, 1788. Reed. 1814 (mesmo conteúdo).

modestia, e compostura, fazendo que se confessem todos os mezes, e não falem as Aulas de Música, e Gramática [...] e, no que respeita aos seus ministerios, sejam promptos em obedecerem aos Mestres de Cerimonia».<sup>7</sup> Só ele «poderá raras vezes, facultar-lhes algum dia de licença que não seja continuada, quando entender que della tem precisão, não fazendo falta ao serviço da Igreja, e Estudos». Enfim, vagando algum lugar de menino do coro, é ele que manda fixar editais «para virem a concurso os pretendentes, tirando delles informações, que sejam filhos de pais honrados, e de boa educação».<sup>8</sup>

O Reverendo Cónego Fabriqueiro, além das suas funções habituais de ecónomo da igreja, é o responsável «a quem pertence o zelo do seu aproveitamento espirital, e temporal, fazendo que não falem às Aulas de Música, e Grammatica»<sup>9</sup> e que «terá cuidado nas suas faltas à Igreja, examinando se as doenças são affectadas, e verdadeiras as raras licenças, que só pode dar-lhes o Presidente, fazendo que se confessem todos os mezes, e tenham obediencia a todos os seus Superiores, tratando com attenção a todos os Ministros; mas não consentirá que fação recados particulares, além dos ministerios da Igreja, para que são destinados».<sup>10</sup> É ele também que se ocupa de prover os meninos com o vestuário apropriado ao seu serviço e, como Vedor da Obra, de mandar concertar tudo o que estiver estragado, desde os órgãos até aos vidros das janelas. Finalmente, é o Prioste, eleito todos os anos pelos Padres Bachareis, que se ocupa dos aspectos financeiros.<sup>11</sup>

A educação de base dos meninos do coro da Sé é confiada a um Mestre de Gramática e Latim ganhando 50.000 reis por ano.<sup>12</sup> Quanto ao Mestre de Música, é um músico de igreja com grande experiência, que tem por missão preparar os seus alunos à profissão. Por exemplo, José Ivo de Aguiar, que foi Mestre de Música da Sé de 1764 até 1789, tinha sido antes cantor da mesma instituição desde 1730, ou seja durante trinta e quatro anos, como o prova um dos requerimentos escrito por ele.<sup>13</sup> O salário atribuído a este posto – também 50.000 reis anuais – pode, mesmo

<sup>7</sup> *Idem*, Título III, Artigo 1º, § 78.

<sup>8</sup> *Idem*, § 79.

<sup>9</sup> *Idem*, Título IV, Artigo 6º, § 172.

<sup>10</sup> *Idem*, § 173.

<sup>11</sup> *Idem*, §§ 155, 156.

<sup>12</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, Mezadas, *passim*.

<sup>13</sup> *Idem*, Maço 24, Caixa 32, Julho 1772.

adicionado ao de cantor – 120.000 reis – que continuava a receber,<sup>14</sup> parecer ridículo comparado com os praticados na outra grande escola de música da época, o Seminário Patriarcal, que variavam entre 400.000 e 600.000 reis.<sup>15</sup> De facto, quem lê os numerosos requerimentos provenientes de quase todas as categorias de pessoal da Sé de Lisboa no decurso dos anos,<sup>16</sup> fica impressionado com a recorrência do adjectivo «ténue» utilizado para caracterizar os salários pagos por esta instituição.

Enfim, os meninos do coro da Sé seleccionados para cantar «tiple» – quer dizer a parte de jovem soprano – com os cantores profissionais têm de ter «muita obediência ao Mestre de Capella, no que lhes mandar cantar».<sup>17</sup> Segundo os estatutos, este mestre é, teoricamente, o mais sábio de todos, escolhido por concurso entre vários candidatos por ser o «mais sciente em contraponto».<sup>18</sup> Mas, na prática, só o primeiro e o último dos seis que exerceram este cargo durante o período estudado correspondem a este perfil e deixaram obras musicais: João da Silva Morais (Mestre de Capela da Sé de 1725 a 1772) e José António Gomes Pincette (interino a partir de 1816 e efectivo a partir de 1832). Os outros quatro começaram como serventuários por serem os cantores mais antigos na altura e foram depois titularizados. Todos ganhavam o seu ordenado de cantor mais antigo, ou seja 120.000 reis anuais, acrescentado do valor dum moio de trigo trimestral, que quase duplicava esta soma.

O número dos meninos do coro da Sé de Lisboa é um *numerus clausus*, fixado pelos estatutos.<sup>19</sup> É de dezasseis mas, na realidade, dois estão ao serviço exclusivo da capela do Santíssimo Sacramento e os restantes catorze é que pertencem efectivamente à escola de música. Ao contrário da quinzena de alunos da escola de música da Patriarcal,<sup>20</sup> dita «Seminário Patriarcal», que são internos e totalmente a cargo da instituição,<sup>21</sup> os meninos do coro da Sé são externos e vivem em casa dos pais, como revela uma certa quantidade de requerimentos,<sup>22</sup> confirmados pela ausência total

<sup>14</sup> *Idem*, Maços 18, 22, 37, 38, 39, Meçadas.

<sup>15</sup> Ernesto VIEIRA, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, Lisboa, 1900; artigo «D. João V», t. I, pp. 549-550.

<sup>16</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, *passim*.

<sup>17</sup> *Estatutos ...*, Título IV, Artigo 5º, § 164.

<sup>18</sup> *Idem*, § 169.

<sup>19</sup> *Idem*, Artigo 6º, § 172.

<sup>20</sup> Real Seminário Patriarcal, Livro das Admissões, BNL, Reservados, Cód. 1515, *passim*.

<sup>21</sup> Estatutos do Real Seminário da Santa Igreja Patriarcal (1764), BNL, Reservados, Código 3693.

<sup>22</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, *passim*.

de despesas características de um internato numa contabilidade perfeitamente conservada.<sup>23</sup>

Em compensação, a maioria é remunerada conforme uma organização original bem definida em três categorias. A primeira é a dos meninos do coro ditos «do número». São os seis mais antigos. São titulares e ganham 1.000 reis por mês, a que se acrescentam as retribuições pelos serviços litúrgicos que desempenham, estando sujeitos ao ponto dos apontadores, exactamente como os cantores profissionais, organistas, capelães, padres bachareis ou beneficiados que eles ambicionam vir a ser mais tarde.

A segunda categoria é a dos meninos do coro ditos «supranumerários». São os oito mais novos, mas também titulares, pois fazem parte do *numerus clausus* e recebem 1.500 reis por mês para o seu sustento. De facto, são supranumerários apenas no que se refere aos serviços litúrgicos que desempenham gratuitamente enquanto andam a aprender.

Os da terceira categoria é que são verdadeiramente «supranumerários», pois não recebem nada, nem para os serviços litúrgicos regulares em que participam, nem para o seu sustento como alunos externos. Isso pode-se comparar com o que a Sé praticava empregando sem salários alguns músicos supranumerários cuja motivação se pode encontrar no seguinte parágrafo dos estatutos:

Havendo alguns Músicos supranumerários, que se offereção a servir a Igreja annualmente por semanas com os mais, [...] no concurso de algum lugar vago, não havendo outro de maior merecimento, preferirão aos mais de igual préstimo.<sup>24</sup>

Isto que diz respeito aos cantores, organistas e capelães, também se applicava aos futuros meninos do coro; era para eles o meio mais seguro de ficarem seleccionados, sendo já conhecidos dos examinadores e convenientemente preparados na classe de Solfa da Sé. Numerosos casos foram constatados graças à contabilidade de certas festas como a de São Vicente, em que todos os supranumerários participantes – tanto músicos como meninos do coro – recebiam uma propina.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> *Idem*, Maços e Livros, *passim*.

<sup>24</sup> *Estatutos da Bazilica de Santa Maria*, Título IV, Artigo 5º, § 168.

<sup>25</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, Despeza que se fez com a Muzica da Festa de São Vicente, *passim*.

É importante notar o aspecto altamente prático desta formação e a liberdade que rodeia estes jovens que se preparam para serem mais tarde profissionais responsáveis.

Na mesma ordem de ideias, os meninos do coro da Sé de Lisboa têm o direito, na medida em que isso não interfira nas suas obrigações, de participar, mediante retribuição, em cerimónias exteriores em que cantam geralmente a parte de «tiple». Atestam-no as licenças temporárias concedidas nesse intuito pela famosa e poderosa Irmandade de Santa Cecília, assim como os numerosos «manifestos» anuais que relatam as intervenções e os lucros destes jovens músicos perante este organismo de controlo da vida musical em Lisboa e arredores.<sup>26</sup> Sobre cento e trinta e três licenças de «tiples» que eu pude recensar, vinte e uma dizem respeito a meninos do coro da Sé de Lisboa e uma só a alunos do Seminário Patriarcal.<sup>27</sup> A esses números e com a mesma finalidade, se devem juntar as admissões como membros definitivos da Irmandade enquanto ainda alunos: onze da Sé e dois do Seminário.<sup>28</sup>

Uma das consequências imediatas do estatuto de externos dos meninos do coro da Sé é a sua origem geográfica, quase sempre Lisboa e mesmo as freguesias mais próximas da Basílica de Santa Maria, ao contrário dos alunos do Seminário Patriarcal, mais dum terço dos quais vêm da província.

O meio social dos meninos do coro da Sé é uniformemente pobre ou paupérrimo. Os seus pedidos de admissão<sup>29</sup> mencionam até este facto como se fosse uma condição implícita e essencial. A mãe do candidato a menino do coro é frequentemente viúva e três ou quatro irmãs donzelas, vivendo no mesmo lar, vêm ainda piorar a situação. Pode-se afirmar aqui, com certeza, que a escola de música da Sé de Lisboa desempenhava um papel importante de promoção social. Não é bem o caso do Seminário

<sup>26</sup> Cf. Joseph SCHERPEREEL, «Patrocínio e 'Performance Practice' em Lisboa e proximidades na segunda metade do século XVIII e começo do século XIX», *Revista Portuguesa de Musicologia*, 9, 1999, pp. 37-52, e «Les ensembles instrumentaux et vocaux à Lisbonne aux XVIIIe et XIXe siècles d'après les archives des mutuelles de musiciens», *Musique-Images-Instruments*, 6, 2003, pp. 170-179.

<sup>27</sup> Arquivo da Sé Patriarcal de Lisboa, Documentos pertencentes à Irmandade de Santa Cecília: Livros dos Termos 1 & 2, Livros dos Directores 1 & 2, *passim*.

<sup>28</sup> Arquivo (organização e inventariação em curso) do Montepio Filarmónico e da Irmandade de Santa Cecília, Lisboa, Igreja dos Mártires, Livros 1 & 2 das Entradas dos Irmãos da Irmandade de Santa Cecília, *passim*.

<sup>29</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, *passim*.

Patriarcal, pois um outro bom terço dos alunos vêm de famílias ao serviço da Corte, dando-lhes os estatutos a preferência face a talentos iguais.

Existe outra preferência, muito especial, praticada na selecção dos alunos do mesmo Seminário – pelo menos até ao ano 1760 – e que também não se verifica na Sé de Lisboa: é a preferência concedida aos meninos castrados, nove deles tendo sido admitidos até esta data,<sup>30</sup> mostrando, aliás, que a Itália não tinha a exclusividade dessa bárbara prática e até que ponto aquele país servia de modelo à vida musical portuguesa dessa época nos seus mais diversos aspectos. Seja como for, a Sé contentava-se com cantores portugueses normais e com meninos «integrais». Aqui sobressai uma das diferenças fundamentais entre as duas grandes escolas de música lisboetas: uma olhando em direcção da Corte e do superlativo, a outra em direcção da cidade e do quotidiano.

Quando vaga um lugar de menino do coro na Sé, como já vimos, o Presidente da Basílica manda publicar editais e os concorrentes que fazem o pedido de admissão ao Cardeal Patriarca, são examinados pelo Mestre de Capela e o Mestre de Música em presença do mesmo Presidente e do Cónego Fabriqueiro, que previamente se asseguraram da honorabilidade das respectivas famílias. O jovem mais prometedor e com a melhor voz de «tiple» é aceite e obtém a sua nomeação oficial do Cardeal e da Câmara Patriarcal, devidamente registada.<sup>31</sup>

Sobre os programas de formação musical, os estatutos da Sé ficam demasiado discretos ao contrário dos do Seminário Patriarcal que fornecem muitos pormenores, incluindo até os horários das actividades conforme as estações do ano. Nos estatutos da Sé, várias vezes, mas sem pormenores, são apenas mencionadas as classes de música e de gramática em relação às quais os superiores devem ter o maior cuidado para que não falem, e mais, «de que ninguém os poderá dispensar, nem ainda com o pretexto de aprenderem em outra parte as mesmas Artes, para que os seus próprios Mestres possam informar do seu adiantamento, ou incapacidade».<sup>32</sup>

<sup>30</sup> O facto de terem sido admitidos sete apesar de terem ultrapassado largamente o limite da idade de admissão que era de oito anos prova o poder deste favoritismo: um tinha nove anos, dois tinham dez, um outro treze, mais um outro catorze, o recorde sendo detido por um clero já munido das ordens menores, vindo de Miranda do Douro para se aperfeiçoar em canto e música com a idade de dezasseis anos!

<sup>31</sup> Arquivo da Cúria Patriarcal, Patriarcado de Lisboa, Registos Gerais da Câmara Patriarcal, *passim*.

<sup>32</sup> *Estatutos da Basílica de Santa Maria*, Título III, Artigo 1º, § 78.



Também os meios não se podem comparar: cinco mestres de música, com salários propriamente régios, no Seminário Patriarcal,<sup>33</sup> contra um só, com salário «ténue» na Sé; três salas de aulas com cravo e uma com órgão dum lado, contra uma única do outro, mas também com cravo e órgão regularmente concertados e afinados, sete bancos e uma banca.<sup>34</sup> Na Sé, os livros de Solfa – frequentemente reencadernados –, o papel de música, assim como penas e tinta são fornecidos aos meninos.<sup>35</sup>

Sendo externos, cada um dispõe, numa sala especialmente prevista para isso, dum armário individual com uma chave que deve devolver quando se vai embora definitivamente. Lá se encontra frequentemente o serralheiro. Penduram-se aí a loba, a sobrepeliz, o mantelão, e guarda-se o material pessoal até ao dia seguinte.

A tonsura é obrigatória e a disciplina rigorosa e mesmo, às vezes, brutal, como revela o decreto de Outubro de 1769, promulgado pelo Cardeal Patriarca, que «determina, que daqui em diante se não castigue com assoites a nenhum dos Meninos do Coro desta Basilica»<sup>36</sup> ou este pedido de ajuda de custo dum menino «do número» que «se acha sangrando, e tomando varios remédios por causa de um barbaro castigo, que lhe deu o Professor de Latim, o que tudo consta da certidão junta do médico assistente».<sup>37</sup> No dia 13 de Setembro de 1776, «sendo presente ao Eminentissimo Sr Cardeal Patriarca [...], as muitas dezordens que têm feito», três meninos do coro são expulsos «para que sirvão de exemplo aos mais que forem de semilhante procedimento».<sup>38</sup>

Ao contrário dos estatutos do Seminário Patriarcal que quase não falam do serviço da igreja de que depende, os da Sé praticamente só falam nisso, o que põe bem em relevo a diferença capital que separa as duas grandes escolas de música lisboetas, uma resolutamente virada para o estudo, a outra para a aprendizagem do *métier*.

Para começar, todos os dias, na altura de matinas, os meninos do coro da Sé devem cantar uma missa votiva de São Vicente, o santo padroeiro

<sup>33</sup> E. VIEIRA, *op. cit.*, *ibidem*.

<sup>34</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maço 16, Caixa 20: «07-12-1757, Rol da obra [pintura] que fiz para a Basilica de Santa Maria: Emportou a caza da solfa que contem sete bancos e uma banca: 4\$000».

<sup>35</sup> *Idem*, Maços, Despezas, *passim*.

<sup>36</sup> *Idem*, Maço 76, Caixa 104, Aviso do 17-10-1769.

<sup>37</sup> *Idem*, Maço 103, Caixa 132, Requerimento de 08-05-1806, feito por José Carlos Mascarenhas, menino do coro do número.

<sup>38</sup> *Idem*, Maço 22, Caixa 30, Aviso do 13-09-1776.

de Lisboa. Os seis mais antigos – ou «do número» – são retribuídos para esta função, e o mais antigo de todos é encarregado de dar parte dos que faltarem ao Apontador para que sejam multados, assim como ao Reverendo Cónego Fabriqueiro, responsável da disciplina. O mesmo menino também tem de velar para que os seus camaradas se comportem «com a decencia devida».<sup>39</sup>

Tendo, em seguida, de ajudar à vez a diversas missas na Sé, os meninos do coro esperam com «modestia e silencio» na sacristia sob a vigilância do Reverendo Cónego Tesoureiro. No Coro, é ao Mestre de Cerimónias que devem obedecer, zelando este para «que estejam com a decencia devida, destinando-lhes os ministerios que devem exercitar, examinando se mudão os frontaes dos Altares ao seu devido tempo, e se ajudam às Missas com a devoção, e perfeição que devem». Se faltarem às suas obrigações, os seis meninos do coro mais antigos são multados. Fazendo segunda falta na mesma semana, perdem o dobro, e o triplo a partir da terceira vez. Quanto aos mais novos, são castigados pelo Reverendo Cónego Fabriqueiro, conforme as idades.<sup>40</sup>

Excepto o mais antigo e o mais moderno, dois são designados cada semana «para terem promptos os livros de Cantochão, que lhes determinar o Subchante, ou o Substituto, que porá sempre nas estantes o mais antigo dos dois, o que fará antes de acabar o sino, e o mais moderno dará sinal ao Sineiro para Laudes, e todas as mais Horas, e Funções depois de Prima, e também para Completa».<sup>41</sup> Na semana seguinte, o primeiro é responsável do turíbulo assim como de acender e apagar círios e tochas, e o segundo de trazer os livros de música que lhe determinar o Mestre de Capela.<sup>42</sup>

Tudo, na Sé, é regido pelo princípio da antiguidade. Assim, o costume exige que o Cardeal Patriarca conceda ao mais antigo dos meninos do coro supranumerários não assalariado (quer dizer ao que, em princípio, será proximamente admitido no grupo dos dezasseis meninos titulares) o salário que ele irá receber quando houver vaga para ele. Do mesmo modo, o mais antigo dos meninos do coro «do número» goza de certas prerrogativas. Por um lado, ele ganha 500 reis mais de salário de base que os

<sup>39</sup> *Estatutos da Bazília de Santa Maria*, Título IV, Artigo 6º, § 174.

<sup>40</sup> *Idem*, § 175.

<sup>41</sup> *Idem*, § 176.

<sup>42</sup> *Idem*, § 177.

seus camaradas. Por outro lado, está incumbido de funções de grande responsabilidade, tal como, nas festas mais importantes, auxiliar o organista no registo do seu instrumento, recebendo uma gratificação para isso (400 reis na festa de São Vicente, 1.200 para a noite de Natal e a festa do Santíssimo Coração de Jesus).<sup>43</sup>

A duração dos estudos musicais na Sé de Lisboa não é estipulada pelos estatutos e o objectivo desta instituição não é visivelmente o de tirar partido das vozes juvenis. Tem, sim, por finalidade formar jovens, musical e liturgicamente, para o futuro serviço da igreja, razão pela qual os meninos do coro nunca são despedidos por causa da mudança de voz, o que acontece geralmente – e mesmo contratualmente – em França.<sup>44</sup> Assim, a sua formação não é interrompida, mas simplesmente adaptada. Entre 1754 e 1834, recenseámos duzentos e cinco meninos do coro titulares na Sé de Lisboa. Entre eles, só metade conseguiu fazer parte do contingente dos seis do «número», e isso ao fim de quatro a cinco anos em média. Uns trinta ficaram mais de dez anos ao todo, o recorde sendo de vinte e dois anos! Portanto, estamos, às vezes, na presença de meninos do coro que já não são verdadeiramente meninos. O que, de facto, contava mais, era a função que exerciam, sendo a sua voz acessória.

Em caso de doença, os meninos do coro da Sé podiam receber um subsídio para se tratarem. Era metade exactamente do concedido aos outros membros adultos da comunidade, ou seja 2.000 reis a cada ocorrência devidamente constatada por um médico, cujo atestado devia acompanhar o requerimento dirigido ao Cardeal Patriarca. Se aquilo acabava mal, as despesas de funeral eram pagas e, a tísica ajudando, esta medida foi efectivamente aplicada várias vezes.

Quando havia vaga no corpo dos meninos do coro da Sé, o salário correspondente era repartido entre todos, o tempo que durava a vaga. É assim que, depois do grande terramoto de 1755 – que fez cinco vítimas entre os meninos do coro –, os sobreviventes receberam, durante mais dum ano e meio a bonita soma de 2.500 reis mensais suplementares, justificada pelo acréscimo de trabalho que tinha de ser feito. Por outro lado, a Sé concedia quase sempre uma importante ajuda financeira aos meninos do coro que desejavam entrar nas ordens para que eles pudessem

<sup>43</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, *passim*.

<sup>44</sup> J. SCHERPEREEL, «Les musiciens de la Cathédrale Saint-Siffrein à Carpentras de 1689 à 1789», in *Actes des Journées d'Etudes de la Société Française de Musicologie*, Rennes, 1981, pp. 63-81.

fazer frente às despesas de inquirição *de genere*, de constituição de património eclesiástico, etc., apesar da grande pobreza das famílias. Por exemplo, em Outubro de 1771, gastou-se 28.800 reis para a habilitação *de genere* de José Bernardes Ayres,<sup>45</sup> que veio a ser Padre Bacharel e Prioste, ao mesmo tempo que Tenor da Sé.

Quando chegavam e, depois, todos os anos, os meninos do coro da Sé tinham direito a uma loba ou batina nova de droguete roxo, com cabeção, cauda, alamares, brandeburgos, e mais acessórios, que lhes era entregue para servir a primeira vez na famosa procissão do Corpo de Deus da cidade, e que podiam levar quando se iam embora, com a condição de terem servido mais de seis meses. Todos os três ou quatro anos, também tinham direito a uma capa ou sobrepeliz de Bretanha, com gola de renda, e nunca se esqueciam de a reclamar a tempo à administração.<sup>46</sup>

Afinal, qual foi o futuro destes jovens músicos? Um estudo da totalidade do pessoal eclesiástico e musical da Sé de Lisboa entre 1754 e 1834 permite-nos encontrar de novo um bom número dos nossos meninos do coro que conseguiram a promoção social e artística que ambicionavam. Assim, vinte tornaram-se padres bachareis, catorze capelães, seis clérigos beneficiados, treze cantores titulares, seis cantores supranumerários, dois organistas titulares, um organista supranumerário. Sete conseguiram mesmo exercer a sua profissão ao serviço da Corte: três como cantores e um como capelão da Igreja Patriarcal, três como cantores da Real Capela da Bemposta. Finalmente, Domingos Benavente, menino do coro entre as duas revoluções liberais, chegou a ser Mestre de Capela da Sé e, até, Professor de Solfejo no Conservatório Nacional.

A Irmandade de Santa Cecília, associação dos músicos profissionais de Lisboa e arredores, que garante o nível dos seus membros através de exames passados perante somidades como o teórico Francisco Inácio Solano ou o compositor Marcos António Portugal, reconhece o valor da formação dada na escola de música da Sé, concedendo aos seus meninos do coro, como já vimos, vinte e uma licenças de «tiples» que lhes permitiam cantar em público, mesmo antes do fim dos seus estudos. Por outro lado, cinquenta e oito tornaram-se membros efectivos, o que representava uma consagração como músico profissional.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maço 23, Caixa 31.

<sup>46</sup> *Idem*, Maços, Despezas, Requerimentos, *passim*.

<sup>47</sup> Arquivo do Montepio Filarmónico e da Irmandade de Santa Cecília, Livros 1 & 2 das Entradas dos Irmãos da Irmandade de Santa Cecília, *passim*.

Poucos foram compositores, pois isto não era verdadeiramente a finalidade da instituição. Um dos mais importantes é João Pedro de Almeida Mota, músico nascido em Lisboa em 1744, e que, até à publicação do livro que lhe consagrou Humberto d'Ávila, tinha passado despercebido em Portugal, tendo feito a maior parte da sua carreira em Espanha, onde uma dúzia de arquivos conservam as suas numerosas obras, tanto religiosas como profanas, vocais e instrumentais.<sup>48</sup> O presente estudo permite agora responder às questões como, onde e quando ele tinha recebido a sua formação musical e como tinha iniciado a sua carreira em Portugal. Foi, de facto, menino do coro da Sé de Lisboa, perto da qual morava (na freguesia de São João da Praça)<sup>49</sup>, de Outubro de 1752 até Novembro de 1758, tendo como Mestre de Música o organista José Priano de Oliveira, e como Mestre de Capela o Padre João da Silva Morais.<sup>50</sup> A sua actividade musical continuou depois na mesma Sé como Contralto, sendo oficialmente nomeado Cantor Supranumerário pelo Cardeal Patriarca a 18 de Janeiro de 1764.<sup>51</sup>

Dois outros antigos meninos do coro compositores pertencem a uma família que deu dois capelães e quatro meninos do coro à Sé de Lisboa: os Bastos. José Maria e Manuel Patrício permaneceram ambos treze anos na escola de música da Sé, o primeiro de 1809 a 1822, o segundo de 1810 a 1823. Um foi capelão e, depois, padre bacharel, o outro cantor e, depois, organista, tudo na Sé. O arquivo desta igreja conserva cinquenta e seis obras religiosas para vozes e órgão do primeiro, e vinte e nove do segundo. Lá se encontram também dez obras para quatro vozes e órgão, uma delas com orquestra, da autoria de Francisco António Baptista Machado que foi menino do coro da Sé antes da segunda revolução liberal, assim como um hino para quatro vozes e órgão de Isidoro João Madre de Deus que, depois de menino, foi cantor da mesma igreja durante cinquenta e três bons anos. A Biblioteca da Ajuda conserva duas obras de Joaquim José de Sousa de Andrade, um dos meninos do coro da Sé que tinha conseguido «subir» para a Patriarcal como Contralto.

<sup>48</sup> Humberto d'ÁVILA, *Almeida Mota, Compositor Português em Espanha*, Lisboa, 1996.

<sup>49</sup> Arquivo da Cúria Patriarcal, Patriarcado de Lisboa, Livro 355, fol. 271, nomeação do 03-10-1752: «Filho legítimo de Pedro de Almeida Guimarães e de Comba Maria da Assumpção, e morador na freguesia de São João da Praça desta cidade».

<sup>50</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Basílica de Santa Maria, Maços, *passim*. No Arquivo da Sé Patriarcal de Lisboa, encontram-se cinco obras musicais manuscritas de João da Silva Morais incluindo um *Compendium Psalmorum* a quatro vozes.

<sup>51</sup> Arquivo da Cúria Patriarcal, Patriarcado de Lisboa, Livro 378, fol. 400.

E qual foi, finalmente, o efeito das revoluções liberais sobre o ensino da música em Lisboa? A substituição do Seminário Patriarcal por um Conservatório Real de Música, misto e leigo, com finalidades mais universais, criado por João Domingos Bomtempo segundo o modelo do *Conservatoire National de Musique de Paris*<sup>52</sup> e já planificado no regresso do seu exílio quando da primeira revolução liberal de 1820,<sup>53</sup> tornou-se realidade em 1835, ao mesmo tempo que a Igreja Patriarcal de D. João V era suprimida a benefício da Sé de Lisboa, que retomava assim o seu muito antigo prestígio de principal igreja do país. Ao contrário do que se passou com a Revolução francesa que suprimiu, sem distinção, todas as escolas de música das catedrais, a da Sé de Lisboa continuou a funcionar, apesar de dificuldades financeiras quase insuperáveis. De facto, os bens eclesiásticos, já bem empobrecidos, tinham sido nacionalizados e estavam no poder de ministérios que eram muito maus pagadores. Seja como for, os documentos posteriores, provenientes do Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos,<sup>54</sup> mostram a existência duma escola de música com doze meninos do coro, ao lado dum corpo de cantores renovado por aqueles recuperados da Patriarcal, a que se junta uma orquestra permanente e dois organistas, tudo confirmado e regulado por novos estatutos.<sup>55</sup>

Na sua breve autobiografia escrita em 1860,<sup>56</sup> o compositor Joaquim Casimiro Júnior louva os méritos da classe de Solfa da Sé de Lisboa, de que foi aluno e decurião. Esta continuou ainda por muito tempo a ser um verdadeiro viveiro de excelentes músicos.

<sup>52</sup> J. SCHERPEREEL, «João Domingos Bomtempo: amis et relations à Paris», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIX, 2000, pp. 265-290. Muitos dos amigos do compositor em França pertenciam ou estavam ligados a esta instituição.

<sup>53</sup> J. SCHERPEREEL, *A Orquestra e os Instrumentistas da Real Câmara de Lisboa de 1764 a 1834*, Lisboa, 1985, pp. 155-159.

<sup>54</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Ministério da Justiça, Maço 35, n.º 1 & Maço 40, n.º 2.

<sup>55</sup> *Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa: Estatutos*, Lisboa, 1863.

<sup>56</sup> E. VIEIRA, *op. cit.*, vol. I, p. 240.

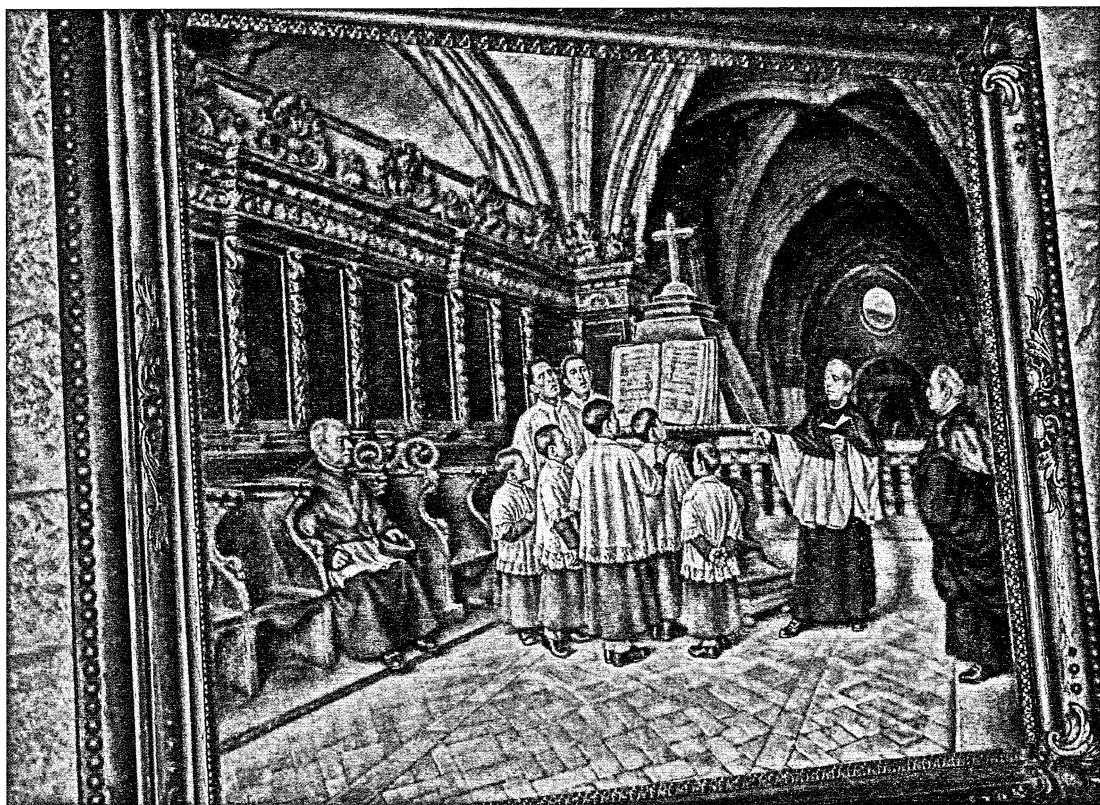


Fig. 1 «Meninos de coro» por Almeida e Silva, Museu de Arte Sacra, Viseu. Fotografia do autor.

## Anexo: Listagem dos nomes dos meninos do coro da Sé com os respectivos anos de entrada e saída.

- Agostinho do Nascimento de Jesus Quaresma (1822-26)  
 Agostinho José de Souza de Andrade (1793-96)  
 Albano Tristão Fortunato (1813-19)  
 Alexandre Antonio Tavares (1825-28)  
 André Pereira (1774)  
 Angelo Custodio da Cruz (1778-88)  
 Antonio Agostinho Ferreira (1813-14)  
 Antonio Alexandre de Faria Beltrão (1784-96)  
 Antonio Caetano da Cruz (1780-88)  
 Antonio da Fonseca da Silva (1762-64)  
 Antonio Dias Baptista (1806-1809)  
 Antonio do Ceo (1809-10)  
 Antonio do Nascimento (1778-81)  
 Antonio Ferreira (1778)  
 Antonio Gonçalves Chaves (1817)  
 Antonio Ignacio de Souza (1802-10)  
 Antonio Joaquim Ramalho (1793-96)  
 Antonio Jorge (1757-63)  
 Antonio José Bento de Souza (1827-32)  
 Antonio José da Fonseca (1763-65)  
 Antonio José Lopes (1766-69)  
 Antonio Maria de Paula Vital (1802-10)  
 Antonio Maria Vital Prudencio (1801-16)  
 Antonio Martins Damil (1814-16)  
 Antonio Massimiano de Oliveira (1775-77)  
 Antonio Mendes Paiva (1762-68)  
 Antonio Pereira Coelho (1769-73)  
 Antonio Pereira de Souza (1771-85)  
 Antonio Thomas de Aquino da Costa (1748-60)  
 Berardo Justino de Miranda (1785-1800)  
 Bernardino José Lourenço (1755-69)  
 Bernardo Antonio Lucas Borges (1798-1801)  
 Bernardo Francisco de Figueiredo (1778-84)  
 Boaventura José (1765-72)  
 Caetano Alberto Real Rodrigues (1752-55)  
 Caetano Lopes (1762-65)  
 Carlos de São Boaventura (1806-10)  
 Carlos Francisco da Silva (1800-01)  
 Carlos José Antonio Carneiro (1778-79)  
 Christiano Francisco (1765-68)  
 Constantino da Silva Boni (1788-94)  
 Dionizio Ferreira Leal (1802-04)  
 Domingos da Costa (1772-80)  
 Domingos José Luís de Santa Anna Benavente (1824-31)  
 Emídio José do Carmo (1772-75)  
 Euzebio Antonio Vieira Borba (1802-05)  
 Faustino José Lusitano (1774)  
 Feliciano dos Santos (1744)  
 Feliciano Joaquim de Deus (1775-76)  
 Felipe Antonio da Silva (1776-88)  
 Firmo Antonio (1763-66)  
 Francisco Anacleto (1762-65)  
 Francisco Antonio Baptista Machado (1828-32)  
 Francisco Barnabé da Cunha (1813-15)  
 Francisco da Luz (1791)  
 Francisco de Assis Pinheiro (1780-83)  
 Francisco de Paula Rodrigues (1816-17)  
 Francisco Joaquim Correia (1812-14)  
 Francisco Joaquim Feliz da Silva e Lima (1816-21)  
 Francisco José da Costa (1775-79)  
 Francisco José da Silva (1802-04)  
 Francisco José da Trindade (1760-62)  
 Francisco José de Lima (1769)  
 Francisco José de Magalhães (1771-75)  
 Francisco José dos Anjos (1794-98)  
 Francisco José Ferreira Ramires (1816-25)  
 Francisco José Pedro de Castro (1810-12)  
 Francisco José Pedro Ribeiro da Costa (1813-16)  
 Francisco José Pereira Vianna (1829-31)  
 Francisco Luís Coelho (1772-78)  
 Francisco Maria de Salles Rodrigues (1818-32)  
 Francisco Martins de Andrade (1819-30)  
 Francisco Pereira Bettencour (1762-65)  
 Francisco Plácido da Cruz (1777-79)  
 Francisco Xavier de Lima (1769)  
 Gabriel Francisco Pinto (1799-1800)  
 Gregorio Francisco de Assis (1800-02)  
 Henrique Ferreira Estrella (1787-93)  
 Hipolito Joaquim Mendes (1818-22)  
 Ignacio José Fernandes (1768-77)  
 Ignacio Tiburcio Lobo (1807-09)  
 Isidoro João Madre de Deus (1776-80)  
 Januário Antonio Lopes (1776)  
 Jeronimo Francisco Lobo (1773-77)  
 Jeronimo Leonardo Botelho de Faria (1804-10)  
 João Antonio da Varda (1757-76)  
 João Baptista Montanha (1823-32)



- João Barboza (1782-93)  
 João da Matta (1784-1802)  
 João de Figueiredo e Mello Lemos (1815-22)  
 João Evangelista Garcês (1779-81)  
 João Faustino Rozendo da Maya (1806-12)  
 João Francisco (1757-60)  
 João Gonçalves (1796-1800)  
 João Ignacio de Bastos (1814-21)  
 João Januario Vianna de Rezende (1817-18)  
 João José de Carvalho (1796-99)  
 João José de Lança Cansado (1825)  
 João José dos Santos (1801-11)  
 João José Nogueira (1813-19)  
 João Martins das Chagas (1807-09)  
 João Nepumeceno dos Santos Nunes (1778-84)  
 João Nicolau de Carvalho (1819-27)  
 João Norberto da Fonseca (1752-62)  
 João Pedro de Almeida Motta (1752-58)  
 João Procopio Soares de Araujo (1815-19)  
 João Wenceslau da Piedade Martins Guizado (1810-11)  
 Joaquim Alberto (1757-62)  
 Joaquim Euzebio (1765-68)  
 Joaquim Felix Xavier Baxixa (1787-93)  
 Joaquim José Agostinho de Almeida (1796-1801)  
 Joaquim José Alberto (1770-78)  
 Joaquim José de Souza de Andrade (1813-15)  
 Joaquim José dos Santos Alvares (1762-69)  
 Joaquim José Pedro Vianna (1787-1803)  
 Joaquim José Pereira Payão (1801-02)  
 Joaquim Manuel Granate (1746)  
 Joaquim Mendes (1740-55)  
 Joaquim Paulo Alvares de Lima (1793-99)  
 Joaquim Rafael da Silva Neves (1752-55)  
 Joaquim Rodrigues da Silva (1749-68)  
 Joaquim Theodoro (1779-80)  
 Joaquim Thomas da Silva (1828-31)  
 Joaquim Tiburcio Salgado (1805-13)  
 Joaquim Timoteo da Costa e Silva (1793-99)  
 José Alvares do Patrocinio (1779-1801)  
 José André Corsino (1789-1802)  
 José Antonio (1765-68)  
 José Antonio Avelino (1813-19)  
 José Antonio Gentil de Carvalho (1778-87)  
 José Antonio Pimenta (1775-76)  
 José Baptista Montanha (1823-32)  
 José Bernardes Ayres (1768-82)  
 José Caetano Clemente (1762-68)  
 José Carlos Mascarenhas (1802-13)  
 José Carvalho Ribeiro (1809-16)  
 José Christóvão da Silva (1788-1800)  
 José Claudio Pacheco (1779-83)  
 José da Silva (1768-70)  
 José da Silva Mendes Leal (1803-07)  
 José do Espírito Santo (1746-62)  
 José Faustino de Carvalho (1784-1800)  
 José Felizardo da Gama (1752-61)  
 José Francisco da Silva Campos (1798-1801)  
 José Gonçalves (1765-71)  
 José Innocencio Ramos (1819-24)  
 José Joaquim Baptista (1776-79)  
 José Joaquim Claudio Pacheco (1779-83)  
 José Joaquim de Almeida (1793-98)  
 José Joaquim de Souza (1769-79)  
 José Joaquim Domingues (1746)  
 José Joaquim dos Santos (1780-85)  
 José Joaquim dos Santos (1802-09)  
 José Joaquim Fernandes de Oliveira (1768-76)  
 José Joaquim Florencio (1799-1802)  
 José Joaquim Pereira (1769)  
 José Joaquim Soares (1809-13)  
 José Lourenço Libanio Martins (1819-31)  
 José Maria da Silveira (1817-25)  
 José Maria de Bastos (1809-22)  
 José Maria de Roboredo (1800-09)  
 José Maria Guilherme da Fonseca (1818-26)  
 José Maria Leal Coutinho (1809-14)  
 José Maria Rodrigues Fonseca (1817-25)  
 José Maria Targine (1806-07)  
 José Martinho de Moraes (14784-94)  
 José Pedro Barboza (1807-13)  
 José Pedro Dias (1811-19)  
 José Pereira Cardote (1760-71)  
 José Portazio de Carvalho (1789-93)  
 José Rodrigues (1826-30)  
 José Themudo e Mendenha (1822-24)  
 Lázaro José de Sales (1785-89)  
 Lucas Freitas Tavares (1768-77)  
 Luís José da Silva Neves (1757-64)  
 Luís José Pelleja (1778)  
 Luís Maria Almoinha (1828-32)  
 Luís Miguel Durão (1832)  
 Luís Pietagrua (1804-06)  
 Manuel Antonio Soeiro Vivas (1775-77)  
 Manuel da Cunha (1744)  
 Manuel de Oliveira (1754-55)  
 Manuel Feliz da Assenção (1744)  
 Manuel Germano dos Santos (1829)  
 Manuel Joaquim Dias (1801-07)  
 Manuel Joaquim Xavier (1803-05)  
 Manuel José (1794-96)

Manuel José de Figueiredo (1814-15)  
Manuel José Guerra (1785-94)  
Manuel José Lucas da Costa (1796-1802)  
Manuel Nunes Barboza (1821-28)  
Manuel Patricio de Bastos (1810-23)  
Manuel Subtil de Abranches (1826-32)  
Manuel Thomas de Oliveira (1824-32)  
Mariano José do Carmo (1800-12)  
Martinho José de Carvalho (1825-32)  
Mathias Ribeiro (1750-55)  
Mathias Rodrigues da Gloria (1810-13)  
Miguel dos Santos Rodrigues (1816-17)  
Miguel Joaquim de Bastos (1821-28)

Nicolau José de Mello (1800-06)  
Nicolau Maria Delgado (1810-16)

Paulo Avelino Guimarães (1815-17)  
Pedro Hipolito Boni (1789-93)

Rafael José da Costa Pimenta (1811-28)  
Raimundo Manuel da Silva (1798-1803)

Raimundo Maria Ferreira da Silva Beirão (1822-26)  
Rodrigo Antonio Germano (1769-78)  
Roque da Costa (1768-79)

Sebastião José da Silva (1816-18)  
Sebastião José Duarte (1784-87)

Theodoro José de Araujo ( 1764-69)  
Theodoro Luís da Silva Nobre (1826-32)  
Theodoro Pereira de Araujo (1769-83)  
Theotonio Rozendo (1781-89)  
Thomas Francisco de Miranda Coutinho (1748-63)  
Thomas José Guerra (1783-85)  
Thomas Pereira Leitão (1794-98)

Vicente Caetano de Oliveira Pinto (1746-55)  
Vicente Freire de Faria (1753-62)  
Vicente Joaquim Ferreira de Magalhães (1782-87)  
Vitorino Antonio da Gama (1744-54)  
Vitorino José dos Santos (1802-06)

Zacarias Antonio da Silva (1799-1802)